



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº

ACÓRDÃO



03465307

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação nº 0454616-11.2010.8.26.0000, da Comarca de
São Paulo, em que é apelante NOBRE SEGURADORA DO
BRASIL S/A sendo apelado DURVALINA DOS SANTOS
GONÇALVES (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de
conformidade com o voto do Relator, que integra este
acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores MELLO PINTO (Presidente sem voto),
JÚLIO VIDAL e CESAR LACERDA.

São Paulo, 22 de março de 2011.

CELSON PIMENTEL
RELATOR

C.At

Ausente boletim de ocorrência e ausente prova testemunhal convincente do afirmado acidente de trânsito em que teria morrido marido da autora, julga-se improcedente a demanda por indenização do seguro obrigatório.

Seguradora apela da respeitável sentença que a condenou ao pagamento de indenização de seguro obrigatório. Insiste na ausência de documento que afirma imprescindível, o boletim de ocorrência do acidente de trânsito, e quer que se observe lei da época do registro do sinistro, em 2009, a que limita o teto indenizatório a treze mil e quinhentos reais. Bate-se contra a vinculação com salário mínimo.

Vieram preparo e resposta.

É o relatório.

Não há boletim de ocorrência policial da morte do marido da autora, que, segunda ela, teria sido vítima de acidente de trânsito.

A Delegacia do local do fato não dispõe do registro do inquérito policial (fl. 34), "constando apenas o despacho 'visto'".

Embora a certidão de óbito (fl. 31) e o laudo de exame de corpo de delito (fls. 33/33v) aludem a traumatismo crânio encefálico como causa da morte, não há prova do afirmado evento fatal.

Nenhuma das testemunhas ouvidas presenciou o acidente e ambas limitam-se a informar que souberam que a vítima caiu da carroceria do caminhão, que se movimentou (fls. 157/158).

Convenha-se, é muito pouco para se ter como demonstrado o acidente de trânsito, ônus da autora, que ela não satisfaz (CPC, art. 333, I).

Em consequência, julga-se improcedente a demanda. A vencida arcará com as custas e com honorários advocatícios de sucumbência de dez por cento do valor da causa.

Pelas razões expostas, dá-se provimento ao recurso.


Celso Pimentel
Relator